(Texto com revisão.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): (18h13min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o <u>Requerimento nº 079/23</u>. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento nº 158/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação Recurso s/nº, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, quanto à decisão da Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instaurada por meio do Requerimento nº 107/23 (SEI nº 055.00006/2023-37), Ver.ª Mari Pimentel, que indeferiu requerimento para que a eleição do Relator fosse realizada por meio de eleição dos membros da CPI. (SEI 138.00069/2023-91).

Vereador Airto Ferronato (PSB): Questão de ordem, minha Presidente. Foi esta a ordem que decidimos, agora, às 13h?

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Sim, o que já estava na pauta, o item um, depois a revogação.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Então, primeiro vamos votar esse item um?

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Sim.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Até a meia-noite a coisa vai estar resolvida!

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Tudo certo.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Somente para ajudar a ilustrar, o item sobre a revogação foi tramitado durante à tarde, por isso não está na Ordem do Dia. Mas, uma vez que a Diretoria Legislativa der o *ok*, ele desce ao plenário para votarmos.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Estamos trabalhando para isso, se for viável, será feito.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Neste momento, é o item um.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada.

Vereador Engº Comassetto (PT): Ver.ª Cláudia, nós fizemos um acordo na Mesa, hoje, que a prioridade seria fazer a revogação. Agora está se trazendo outros projetos...

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Mas vereador...

Vereador Engº Comassetto (PT): Eu acho que a senhora tem que chamar as lideranças aqui para nós refazermos o acordo!

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não está pronto para votar, estão trabalhando para isso, a ideia é que se votasse hoje.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Eu concordo com o Comassetto, não tem por quê...

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Já temos condições de votar, será o segundo a ser votado.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Não, é o primeiro.

Vereador Engo Comassetto (PT): É o primeiro.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom, então, eu chamo os líderes aqui para decisão.

Vereador Engº Comassetto: Não, foi acordo que fizermos na Mesa hoje, não dá para a senhora mudar um acordo que foi feito por todos os vereadores!

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Por favor, solicito às lideranças que se aproximem da Mesa.

(Tumulto no plenário.)

Vereador Airto Ferronato (PSB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

Vereador Engº Comassetto (PT): Sra. Presidente, o acordo que nós fizemos com o Presidente Hamilton, hoje, era votar em prioridade a revogação da lei do 8 de janeiro, esse foi o acordo que fizemos.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Mas nós estamos no plenário, Ver. Engo Comassetto, e o plenário é soberano; o vereador, líder do governo, não dá acordo.

Vereador Engº Comassetto (PT): Olha aqui, a senhora está dizendo que não vai cumprir o acordo que o Presidente fez na Mesa hoje?

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Mas não tem acordo...

Vereador Engº Comassetto (PT): Não, não, eu quero saber se a senhora vai dizer isso, que não vai cumprir o acordo que o Presidente Sossmeier fez na Mesa hoje!

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Vai ser votado, vai ser votado hoje...

Vereador Engº Comassetto (PT): Não! A senhora está querendo fazer um contrabando aqui agora... Não dá, não pode, não pode, não pode. Desculpe, eu estou falando alto aqui, não, não estou gritando, é que o microfone está alto aqui. Eu estou falando, estou sendo incisivo que nós fizemos um acordo, e, na política, se nós não cumprirmos acordo, não existe política.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Pois, não, Ver.ª Karen Santos.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Presidenta, o requerimento é a votação da revogação do 8 de janeiro, como acordado às 13h:30min, hoje, em reunião extraordinária, convocada pelo Presidente Hamilton Sossmeier. Eu acho muito importante a gente respeitar aquela reunião em que nós priorizamos, justamente porque está um vexame, as mídias já estão colocando que nós vamos revogar, hoje, essa data nacional, e eu acho muito importante que a gente respeite esse acordo para conseguir dar andamento nos projetos que estão priorizados na pauta. Uma coisa não substitui a outra, vamos votar, sim, o projeto, e a gente tem a palavra da oposição que a gente vai votar o primeiro projeto que seria priorizado na pauta, hoje, mas nós queremos seguir aquilo que foi acordado na reunião das 13h30min.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Quero garantir para a Ver.^a Karen, que tem boa vontade, e entendeu. Nós vamos votar o que está na prioridade, e eu garanto que nós vamos ficar e vamos dar quórum para votar a revogação. Está garantido isso, aí fica todo mundo contemplado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em que ordem, Ver. Cecchim?

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Aqui está o do relator e, em seguida, votamos a revogação. Tem acordo e nós garantimos o quórum.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sra. Presidente, nesse sentido, em nome do partido NOVO, eu quero ressaltar que o acordo de hoje de manhã foi para que votássemos hoje, até porque não sabíamos se iria ficar pronto. Então, a questão da ordem não é o acordo; o acordo é votar hoje, porque já passou, vai ser revogado. E garantir, também, de parte do partido NOVO, que haverá quórum, sim, para ambas as votações. Obrigado Sra. Presidente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Pois não, Ver. Jessé.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Só me somar ao que foi dito pelo líder e pelo vereador do NOVO e, também, pedir respeito para a sua presidência, que a senhora é mulher, está conduzindo muito bem os trabalhos e observamos, aqui, violência política de gênero com a nossa Presidente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado. Conforme acordado aqui com a Ver.ª Karen Santos e com o Ver. Idenir Cecchim, os dois projetos serão votados. Vamos votar o primeiro da pauta e todos ficarão aqui e será votada a revogação, *ok*?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): O Presidente Hamilton Sossmeier, infelizmente, não se encontra entre nós. Portanto, ele não pode, segundo o testemunho de vários vereadores, garantir que o acordo feito entre as lideranças seja executado. A senhora está de Presidente, pelo visto, está insistindo...

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não estou insistindo, nada. Eu estou falando com os líderes.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mas vários líderes aqui – eu posso nomeálos, ouvi a Ver.ª Mônica, o Ver. Claudio Janta, o Ver. Comassetto, o Ver. Oliboni

– e eu mesmo estamos dizendo que queremos votar, imediatamente, a revogação desse ato arbitrário, absurdo que fez aqui a Câmara. Esse é o debate que tem que ser feito, então eu insisto, caso haja a insistência sua de encaminhar na ordem que foi proposta originalmente, nós vamos ter que debater, eu vou fazer um requerimento invertendo a ordem. Mas, a senhora chamou os líderes aqui para discutir justamente em que ordem, e vários líderes, vários líderes falaram que querem, em primeiro lugar, debater a questão da revogação...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu sugeri ao senhor que fosse feito o requerimento para a inversão da pauta.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Sim, quando os líderes encaminharem uma posição majoritária, eu farei o requerimento, mas por enquanto a consulta que a senhora fez foi sobre a revogação.

(Tumulto no plenário.)

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, eu faço o requerimento que o primeiro projeto que nós votamos na tarde de hoje foi o que foi acordado, hoje, no salão, com todas as lideranças e vereadores para que seja revogado o projeto do dia 8 de janeiro. Foi isso, foi isso, sim, senhor. Foi isso, sim, senhor. O senhor estava lá na reunião, e foi isso, sim, senhor. Então, eu peço a votação, que seja primeiro o requerimento do dia 8.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Está, só peço... Vai ser colocado em votação, então? Eu só peço que a liderança da oposição e da situação só esclareçam, exatamente, do que que se trata, para a gente ter orientação aí do voto.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Nós temos uma solicitação, o primeiro requerimento foi uma verificação de quórum do Ver. Ferronato. Solicito a abertura do painel para verificarmos o quórum.

(Manifestações no plenário.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sra. Presidente, peço aos colegas que deem quórum, nem que a gente insista no debate do que se vota primeiro, mas acho que Porto Alegre tem pressa para a gente resolver essa sangria desatada na imagem da cidade, que todos viram que escalou...

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado, Ver. Tiago.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Bom, não sei, mas eu acredito que todos precisam dar quórum.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezenove vereadores presentes. Há quórum.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, que solicita a alteração na ordem de priorização de votação, passando-se imediatamente ao PLL nº 559/23.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Defesa!

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Pois não, Ver. Robaina?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): O Janta fez o requerimento de inversão? Bem, eu vou defender.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Coloco em votação.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Não! Defesa do requerimento, Presidente!

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O senhor vai defender?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Evidente! Sim, evidente. É só escutar o diretor legislativo que a senhora vai saber que se pode encaminhar!

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu vou ser muito breve. Ver. Janta, eu só vou fazer um apelo para que se vote pela revogação já, e não esse da CPI, que é uma tentativa do governo de abafar a investigação. Só esse encaminhamento, só esse requerimento e essa proposta de inversão. Muito obrigado. Não se alterem, porque nós vamos seguir aqui resistindo em todos os terrenos. Muito obrigado.

(Tumulto no plenário.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): Sra. Presidente, eu quero explicar que, hoje pela manhã, eu avisei o Presidente Hamilton que eu não poderia estar na reunião que aconteceu, e falei para ele que estaria, junto com outros vereadores, fazendo um projeto de lei igual ao da Ver.ª Karen, para que a gente também retirasse o dia 8 de janeiro como o Dia da Democracia. Na verdade, não há dia de nada no dia 8 de janeiro, é um dia muito triste, que envergonha todos nós brasileiros. Por isso, eu quero dizer para os vereadores que fiquem bem atentos, porque nós, aqui da Câmara, vamos estar, sim, votando os dois projetos; e os dois juntos, para que nós mostremos uma composição de que não há uma tentativa de ser mais ou menos do que outro. Por isso que nós estamos querendo que primeiro seja o da relatoria, para que tenhamos, sim, o acordo que já vimos que não teve. O Ver. Robaina não era para encaminhar, mas encaminhou, porque tristemente aqui os acordos são jogados por água abaixo.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado, Ver.ª Comandante Nádia. Pois não, Ver.ª Karen Santos.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Para registrar que, infelizmente, o Ver. Hamilton Sossmeier não deu o informe da Ver.ª Comandante Nádia na reunião e nós não entramos nesse ponto. O único acordo que nós temos é de votar a revogação do dia 8 de janeiro no dia de hoje, ou seja, não vai ter votação combinada, porque não foi isso que nós acordamos.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): O requerimento da Ver.^a Nádia é intempestivo, tem um Regimento a ser cumprido, portanto, é inválido o que ela acaba propondo aqui. O acordo feito é uma outra questão, que é a revogação da lei do Bobadra.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado.

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Claudio Janta, alteração na ordem de priorização de votação, passando-se imediatamente ao PLL nº 559/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária dos vereadores Jessé Sangalli, Tiago Albrecht, Comandante Nádia, Ramiro Rosário e Fernanda Barth. Em discussão o PLL nº 559/23. (Pausa.) A Ver. Comandante Nádia está com a palavra para discutir a matéria. (Pausa.)

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Retira, Ver.ª Comandante Nádia? (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, o PLL nº 559/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) APROVADO por 30 votos SIM.

Como estou presidindo a sessão, registro a minha intenção de votar "sim" ao projeto, bem como a do Ver. Hamilton de votar "sim" – ele está em viagem.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Eu não costumo votar datas; acho que a gente perde tempo votando esse tipo de coisa; como não votei nesse projeto a favor, não tem por que votar contra agora; não dei acordo ao projeto.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o Recurso s/nº, de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores e vereadoras; este tema é um tema ligado à Comissão Parlamentar de Inquérito, é um tema para o qual já se formou uma maioria evidente aqui na Câmara dos Vereadores, expressa na decisão da Mesa Diretora. A Mesa Diretora é expressão proporcional das forças que nós temos aqui. Eu tenho dito que não necessariamente quem tem maioria tem razão; se quem tem maioria tem razão, nós não teríamos votado, agora, neste exato instante, a revogação de um projeto de lei que envergonhou a Câmara Municipal diante de todo o País, envergonhou a cidade de Porto Alegre. Na verdade, foi a Câmara Municipal que envergonhou a cidade de Porto Alegre, porque, em três comissões, se constituiu uma ampla maioria para votar esse projeto que muito rapidamente foi revogado. A CCJ, com apenas dois que não votaram, os demais votaram todos a favor do projeto, que nós acabamos de revogar; nós tivemos, na Comissão de Educação, também a maioria; e, na CEDECONDH, eu acho que foi empate: dois votos contrários dos vereadores do PSOL, Pedro Ruas e Alex Fraga. Portanto, quando se tem maioria, não necessariamente... Aparte, Ver. Márcio Bins Ely?

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Apenas para fazer uma consideração, vereador.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Encaminhamento não tem aparte.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Mas já é encaminhamento ou está discutindo?

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): É encaminhamento.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Então, está bem.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Então, eu dizia que se constituiu, infelizmente, uma maioria contrária à decisão da Ver.ª Mari Pimentel, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, uma CPI que tem buscado trabalhar, e que, infelizmente, o governo, que também tem maioria na CPI, tem como prática a obstrução, e utilizou o tema do relator para obstruir. O governo, depois, usou a Mesa Diretora para suspender a decisão da Presidente, que foi uma decisão baseada no Regimento Interno. É verdade que nós não conseguimos uma liminar para garantir a decisão da Presidente, não conseguimos também um agravo, porque a justiça ainda resolveu não se intrometer nessa questão, por ora, em termos de liminar; mas o mérito ainda não foi julgado, a justiça ainda vai julgar o mérito. A pressa do governo em trazer esse tema hoje é para que o governo consagre no plenário essa maioria que ele já obteve na Mesa Diretora. É evidente que nós estamos contra, nós estamos contra porque acreditamos que a Ver.ª Mari Pimentel atuou de modo correto ao indicar o próprio relator, e eu manifestei, na Comissão Parlamentar de Inquérito, que eu havia ficado muito orgulhoso da escolha da Presidente Mari Pimentel, que defende uma ideologia diferente da minha, que é de um partido diferente do meu e, mesmo assim, me indicou como relator, e a sua indicação respondeu a uma lógica, respondeu à lógica de ter uma relatoria que seja isenta, uma relatoria que não se curve diante das pressões do governo. E, para que a sociedade saiba: as pressões do governo foram tão importantes – e eu atribuo à pressão do governo – que nós chegamos a ter um requerimento do Ver. Mauro Pinheiro, que é de um partido filiado ao partido do Bolsonaro, que entrou com um requerimento pedindo a suspensão por dois meses do mandato da Ver.ª Mari Pimentel, tal a pressão sobre a Presidente da CPI. Quem assistir à Comissão Parlamentar de Inquérito vai ver atitudes agressivas, machistas, como eu não via há tempo nesta Câmara dos Vereadores. São mais graves, Ver.ª Mônica, do que as que eu vi contra a senhora, que foram graves também, quando a senhora era presidente da Câmara Municipal. Então há, sim, uma pressão tremenda do governo para que não haja investigação. E esse ato que nós teremos aqui, a maioria, para aprovar essa decisão de fazer com que a relatoria não possa ser indicada pela Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, é a consumação dessa metodologia, que é a metodologia - com isso, concluo, Presidente - de utilizar a maioria da Câmara, a maioria da Mesa Diretora e a maioria do plenário para interferir no funcionamento da CPI. Apesar dessa derrota, que é uma derrota evidente que nós temos, uma derrota que pode complicar o próprio funcionamento e a capacidade da CPI de produzir um relatório de acordo com os fatos, apesar dessa derrota, nós vamos seguir trabalhando nas duas Comissões Parlamentares de Inquérito para que a investigação ocorra, porque nós estamos convencidos de que isso é uma necessidade para a cidade de Porto Alegre, porque estamos convencidos não só da incompetência, mas das tremendas irregularidades que ocorreram na gestão da Secretaria de Educação. Vamos seguir, independentemente das tentativas do governo de obstruir o funcionamento da CPI. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Recurso s/nº, de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, há muito tempo, desde que se iniciaram, nós temos batido na tecla da necessidade de unificação das CPIs aqui nesta Casa. A CPI é o instrumento das minorias, e por ser um instrumento das minorias, garante a representação das minorias na presidência da CPI. Esse é o critério para a CPI ser um instrumento das minorias, garante a presidência dessas minorias na CPI. Nunca antes na história desta Câmara de Vereadores, dos seus 250 anos, aconteceu isso, e não porque a Ver.ª Mari Pimentel o quisesse fazer, porque ela é uma ditadora, ela é isso, ela é aquilo, mas porque a Procuradoria desta Casa a orientou. O pedido foi feito e respondido pela Procuradoria da Casa, que, historicamente, ela poderia indicar

o relator *ad hoc* da CPI, e por ser uma indicação do procurador da Casa, a Presidente indicou o relator. Este tema foi para a Mesa, e a Mesa, querendo cumprir...

A resenha dos vereadores vai continuar até que horas? Tem vereador na tribuna, queria que os senhores ouvissem para depois os senhores não ficarem debatendo também, sem saber.

A Mesa, preservando os 250 anos dessa história, preservando o que acontece todo final de ano, quando elegemos o presidente, o vice-presidente, os da CCJ, da CEDECONDH, da CUTHAB, de todas as comissões permanentes desta Casa, e, de todas as CPIs que já aconteceram nesta Casa, a minoria garantiu a presidência, depois os membros da CPI elegeram o relator e o vice-presidente. A Mesa Diretora achou, por bem, manter o que fala o Regimento da Casa, indo contra o procurador. Isso foi encaminhado para a CCJ, que, por sua maioria quase absoluta, por seis votos, embasado no que é o Regimento desta Casa, embasado no que é feito em todas as Comissões Parlamentares de Inquérito, nas comissões permanentes nesta Casa, nós mantivemos o que determina o nosso Regimento, o que determina os 250 anos desta Casa: a eleição do relator e do vice-presidente. Foi isso que nós fizemos: fizemos e podemos dizer que até a Comissão de Constituição e Justiça avaliou esse caso, a Comissão de Constituição e Justiça avaliou o mérito; este é o papel da CCJ: avaliar o mérito, e não é avaliar outra coisa que não seja o mérito. Na CCJ, nós não podemos colocar a nossa vontade política em um projeto, nós não podemos colocar; nós avaliamos o mérito. É constitucional? Cabe a nós dizer se é ou não é constitucional, somente isso. Não nos cabe discutir o mérito; o mérito nós discutimos, muitas vezes, dando um parecer favorável ou contrário, aqui neste plenário— é agui que nós discutimos o mérito.

Então, por cumprir o Regimento desta Casa, por cumprir algo que esta Casa pratica há 250 anos, que é a escolha dos presidentes de comissão, dos vice-presidente de comissão, das CPIs, o vice-presidente, o relator, nós encaminhamos à CCJ, e encaminhamos aqui, neste plenário, para que nós votemos a favor; que nós mantenhamos. Assim como estamos batendo na tecla que, em 250 anos desta Casa, nunca houve duas CPIs para discutir o mesmo

tema, porque não tem nenhuma diferença de um tema para o outro, e sempre estivemos batendo nessa tecla, garantindo o direito da minoria, que a Ver.ª Mari continua sendo a Presidente da CPI. Assim, nós entendemos que será garantido o direito da minoria; e assim também entendemos – e o Ver. Robaina já participou, assim como eu, Mauro Pinheiro, de outras CPIs, desde que aqui chegamos nesta Casa – que o relatório, cada vereador, se quiser, pode apresentar o seu relatório, não é o relatório do relator que vai pautar a CPI; o que pauta a CPI são as oitivas, o que pauta a CPI são as pessoas que vamos trazer para cá, e o que pauta a CPI é a forma como a CPI é conduzida e é feita, não a forma como nós estamos fazendo com duas CPIs, que leva isso lá para fora. Novamente, a Câmara de Vereadores tem que explicar por que nós temos duas CPIs aqui nesta Casa.

Eu acho que a gente avança muito, quando a justiça, por duas ações, diz que nós temos esse direito de eleger o relator, como temos esse direito de eleger o vice-presidente, avança muito. Então nós viemos encaminhar aqui em nome do nosso partido, em nome da unidade desta Casa, do bom andamento desta Casa, que consigamos unificar as duas CPIs, prevalecendo o direito da minoria, e que nós consigamos realmente fazer o que todos nessa Casa querem: investigar o que houve na Secretaria de Educação, investigar o que aconteceu, o que está sendo dito pela imprensa na Secretaria de Educação, como já investigamos outras vezes, outras áreas de outros governos em que esses fatos ocorreram. Nós encaminhamos para aprovar esse documento que vem encaminhado pelo líder do governo para Casa, a Casa encaminha para a CCJ, e a CCJ emitiu o seu relatório. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE CLAUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina, o Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) APROVADO por 18 votos SIM; 13 votos NÃO.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sra. Presidente, alguns vereadores, e eu sirvo de porta voz aqui, solicitam verificação do quórum pelo adiantado da hora.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD)): Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h55min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *